

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 25 a 29/05/2020):

I. FUNDO DE	RECUPERAÇÃO	1
	Next Generation EU	1
	Recursos próprios	3
	Debate no PE e reações	4
2. PROGRAM	A DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2020	4
3. PRESIDÊNO	CIA ALEMÃ DO CONSELHO DA UE	5
4. CONFERÊN	ICIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA	5
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		6
	Reunião dos Ministros dos Assuntos Europeus	6
	Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	6
	Reunião dos Ministros da Investigação	6
	Reunião dos Ministros responsáveis pelo Espaço	6
6. OUTROS ASSUNTOS		7
	Direito de Inquérito do Parlamento Europeu	7
	Brexit e media	7
	Aplicações de rastreamento COVID-19	7
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7



1. FUNDO DE RECUPERAÇÃO

Nos termos do <u>mandato conferido pelo Conselho Europeu</u>, a <u>Comissão Europeia apresentou</u>, no dia 27 de maio, <u>a sua proposta</u> para o <u>plano de recuperação</u> e a proposta revista sobre <u>o orçamento da UE (Quadro Financeiro Plurianual 2021-27)</u>. A Comissão disponibilizou, igualmente, a sua <u>avaliação das necessidades</u> em termos de recuperação económica¹.

Em síntese, o proposto é o seguinte:

- Um <u>instrumento de recuperação chamado Next Generation EU</u>, de 750 mil milhões de euros: 500 mil milhões em subvenções e 250 mil milhões de empréstimos aos Estados;
- A <u>proposta revista de Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (MFF)</u> será de 1,1 bilião de euros, a preços de 2018².

Isto significa que o "poder de fogo" do orçamento da UE será de 1,85 biliões de euros.

- Se a isto juntarmos o <u>pacote proposto pelo Eurogrupo</u>, no valor de 540 mil milhões de euros (Mecanismo Europeu de Estabilidade, SURE e Banco Europeu de Investimento), totaliza um um valor global 2,39 biliões de euros.

Toda a legislação proposta está disponível aqui, bem como todos os regulamentos setoriais.

Next Generation EU

A Comissão propõe criar um novo instrumento de recuperação, Next Generation EU, integrado no orçamento de longo prazo da UE, que angariará 750 mil milhões nos mercados financeiros, através da sua notação AAA. Tal implica um novo limite máximo dos recursos próprios, a título temporário, de 2,00% do rendimento nacional bruto da UE, sendo este financiamento adicional canalizado através de programas da UE e reembolsado durante um longo período de tempo, abarcando vários orçamentos da UE, entre 2028 e 2058. A fim de alcançar este objetivo de forma justa e equitativa, a Comissão propõe alguns novos recursos próprios.

Além disso, a fim de disponibilizar os fundos o mais rapidamente possível a Comissão propõe alterar o atual quadro financeiro plurianual 2014-2020, a fim de disponibilizar um montante adicional de 11,5 mil milhões de euros para financiamento já em 2020.

Tal como anunciado no seu discurso no PE da passada semana, de que demos nota na <u>Síntese n.º</u> 40, o Next Generation EU terá três pilares:

1. Apoio aos Estados-membros com investimentos e reformas: composto por um novo Mecanismo de Recuperação e Resiliência (560 mil milhões de euros) para apoio financeiro a investimentos e reformas, integrado no Semestre Europeu. Será dotado de um mecanismo de subvenções no valor máximo de 310 mil milhões de euros e poderá conceder até 250 mil milhões

1

¹ Para se ter o quadro completo, mencionar a página dedicada às <u>propostas relativas ao QFP</u>, as <u>Perguntas e respostas sobre o QFP e o Next Generation EU</u>, bem como as fichas informativas sobre <u>O orçamento da UE que apoia o Plano de Recuperação da Europa</u>, como <u>Financiar o Plano de Recuperação da Europa</u>.

² É um aumento do tecto de despesa comparando com o atual QFP a 27 países, que é de cerca de 1.082 biliões de euros. Representa uma redução relativamente à proposta inicial da Comissão de maio de 2018 (1,135 biliões, cerca de 1,11% do RNB da UE), mas mais elevada que a última proposta do Presidente do Conselho Europeu discutida em fevereiro de 2020 (1,095 biliões de euros, 1,074% do RNB).

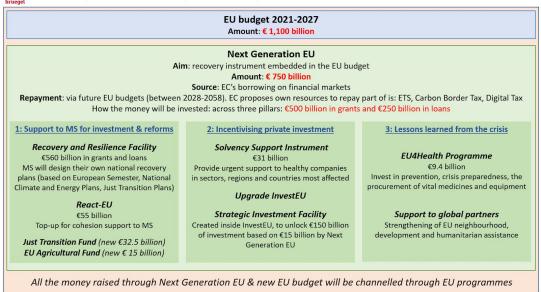


de euros em empréstimos. Além disso, a nova Iniciativa <u>REACT-EU</u> disponibilizará, até 2022, 55 mil milhões de euros adicionais dos atuais programas da política de coesão. Finalmente, o Fundo para uma Transição Justa com 40 mil milhões de euros ajudará os Estados-Membros a acelerar a transição para a neutralidade climática e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural beneficiará de um reforço de 15 mil milhões de euros.

- 2. Relançar a economia da UE através dos incentivos aos investimentos privados: criação de um novo Instrumento de Apoio à Solvabilidade, mobilizando recursos privados para apoiar urgentemente empresas europeias viáveis nos setores, regiões e países mais afetados. Poderá estar operacional a partir de 2020 e terá um orçamento de 31 mil milhões de euros, com o objetivo de desbloquear 300 mil milhões de euros. Além disso, aprofunda-se o InvestEU (Plano Juncker) afetando-lhe 15,3 mil milhões de euros para mobilizar o investimento privado em projetos em toda a União Europeia. Finalmente, é criado um novo Mecanismo de Investimento Estratégico integrado no InvestEU para gerar investimentos até 150 mil milhões de euros (15 mil milhões de euros do Next Generation EU) para estimular a resiliência em setores estratégicos (transição ecológica e digital, e as cadeias de valor fulcrais no mercado interno);
- 3. Abordar as lições da crise: criação de um novo programa de saúde, o EU4Health, com um orçamento de 9,4 mil milhões de euros, um estímulo de 2 mil milhões de euros do Mecanismo de Proteção Civil da União rescEU, um montante de 94,4 mil milhões de euros para o Horizonte Europa (com foco na investigação vital no domínio da saúde), afetação de 16,5 mil milhões de euros adicionais à ação externa, incluindo a ajuda humanitária.
- O Instituto Bruegel disponibilizou um quadro-síntese com estas propostas e o Politico disponibilizou uma análise aprofundada sobre a sua desagregação por setores.



'Europe's moment: Repair and Prepare for the Next Generation': a scheme



O calendário é extremamente ambicioso - a Comissão afirma que "importa alcançar um acordo político rápido sobre o Next Generation EU e o orçamento global da UE para 2021-2027 ao nível do Conselho Europeu até julho". Terá lugar uma reunião do Conselho Europeu em 18/19 de junho, sendo provável que seja agendada outra para o início de julho. A chanceler alemã manifestou expectativa de que haja um acordo até ao outono.

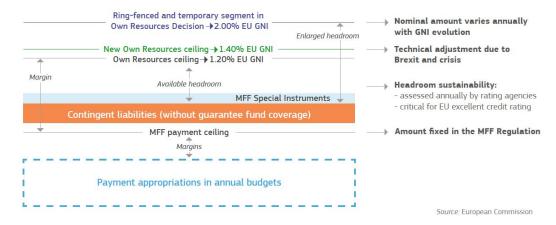
2



Recursos próprios

A Comissão propõe financiar estas propostas, nomeadamente o fundo de recuperação, através de um **novo limite máximo dos <u>recursos próprios</u>**, a título temporário, que será de 2,00% do rendimento nacional bruto da UE³. Estes montantes serão reembolsados a partir de 2027 e até 2058, através de futuros orçamentos da UE, e os empréstimos serão pagos pelos Estados-Membros.

Isto será feito através de uma alteração à <u>Decisão sobre os recursos próprios</u> (que define as condições do orçamento da UE, <u>aprovada pelo Conselho</u>, com consentimento do PE e <u>ratificada por todos os Estados-Membros</u>), de modo a permitir o financiamento nos mercados e **aumentar o tecto máximo desses recursos próprios temporariamente de 1,4% para 2% do RNB da UE**. Conforme se explica no quadro abaixo, trata-se de aumentar o chamado *headroom* (diferença entre o tecto máximo de dotações de pagamento e o tecto de dotações de autorização), que serve de garantia para a Comissão se financiar nos mercados a baixo custo, demonstrando essa margem que a UE tem a capacidade de servir a dívida em qualquer circunstância.



De modo a facilitar os reembolsos aos mercados financeiros e aliviar a pressão nos orçamentos nacionais, a Comissão irá propor novos recursos próprios (além dos propostos em 2018⁴) durante o período 2021-27. O *Político* disponibiliza uma análise interessante sobre esta questão dos novos recursos próprios.

Possible additional own resources to be added at a later stage of the 2021–2027 financial period:



Extension of the Emissions Trading Systembased own resources to the maritime and aviation sectors to generate $\in 10$ billion per year



Carbon border adjustment mechanism to raise €5 billion to €14 billion per year



Own resource based on operations of companies, that draw huge benefits from the EU single market, which, depending on its design, could yield around €10 billion per year



Digital tax on companies with a global annual turnover of above €750 million to generate up to €1.3 billion per year

³ A proposta original (maio de 2018) de recursos próprios da Comissão está disponível <u>aqui</u>.

⁴ Novas receitas propostas em 2018: i) matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades: taxa de 3 % à parte dos lucros tributáveis de cada Estado-Membro; ii) regime de comércio de licenças de emissão da UE: taxa de 20 % à receita gerada pelas licenças de emissão. iii) plástico não reciclado, as contribuições seriam calculadas mediante a aplicação de uma taxa de 0,8 euros/kg ao peso dos resíduos de embalagens de plástico que não são reciclados.



Debate no PE e reações

O PE realizou uma sessão plenária para apresentação das novas propostas pela presidente da Comissão, <u>Ursula von der Leyen</u>. No que diz respeito ao posicionamento dos grupos políticos⁵, Manfred Weber (PPE, Alemanha) considerou que "A solidariedade europeia está de volta e estamos a abrir um novo capítulo para a UE", e que são necessários novos recursos próprios (receitas da UE) para pagar a dívida. Iratxe García (S&D, Espanha) registou um "plano ambicioso e europeísta", que atribui ao PE "o papel que lhe é devido", instando o Conselho a adotar o novo QFP por maioria qualificada, para evitar manter a UE "refém de quatro Estados-Membros que preferem uma resposta nacional a uma resposta europeia". Dacian Ciolos (Renew, Roménia) afirmou que este é um plano "sem precedentes na história da Europa", lembrando aos Estados-Membros que "a UE não é um multibanco. A solidariedade implica valores". Jörg Meuthen (ID, Alemanha) criticou as propostas, que considera "erradas e absurdas", sem uma base jurídica adequada e irresponsáveis em termos económicos. A Comissão "quer gastar dinheiro como se não houvesse amanhã", disse, pedindo aos quatro países frugais para que bloqueiem estas medidas. Ska Keller (Verdes/ALE, Alemanha) afirmou que "Não devemos repetir os grandes erros do passado e forçar os países à austeridade e a ideologias cegas de mercado", garantindo que "o dinheiro seja bem investido em projetos que ajudem, a longo prazo, a criar emprego e a salvar o único planeta que temos". Johan van Overtveldt (ECR, Bélgica) referiu a necessidade de "condições claras" para as subvenções e os empréstimos. Manon Aubry (CEUE/EVN, França) assinalou que o plano de recuperação "fica a meio caminho", manifestando, porém, satisfação com o que é proposto em relação aos recursos próprios, apelando ao cancelamento da dívida resultante da crise e a empréstimos perpétuos aos Estados-Membros.

A equipa negocial do PE para o QFP/Recursos Próprios, que integra os Deputados portugueses Margarida Marques (PS) e José Manuel Fernandes (PSD), emitiu um comunicado com a sua primeira reação aos pacote de propostas.

No que diz respeito aos Estados-Membros, o <u>Chanceler austríaco referiu</u> que, do ponto de vista dos quatro Estados-Membros chamados "frugais", estas propostas são um ponto de partida com aspetos positivos ("temporário, de emergência e não um primeiro passo para uma união e dívida") e outros a melhorar ("o equilíbrio entre subvenções e empréstimos precisa de mais negociação"). A Secretária de Estado francesa para os Assuntos Europeus, Amélie de Montchalin, considerou tratar-se que "a existência de uma forma de dívida comum é uma mudança de paradigma". O Ministro das Finanças alemão, Olaf Scholz, considerou que se "<u>trata de tornar a UE mais forte e mais soberana"</u>. Os Primeiros-Ministros de <u>Itália</u>, <u>Portugal</u> e <u>Grécia</u> manifestaram o seu apoio a estas propostas.

2. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2020

A Comissão apresentou igualmente o seu **programa de trabalho adaptado para 2020**, que dá prioridade às ações necessárias para impulsionar a recuperação da Europa neste novo contexto.

A <u>Comunicação sobre a revisão do PTCE 2020</u> identifica as **principais mudanças e o anexo** faz o mapeamento das <u>iniciativas já adotadas ou adiadas</u>.

-

⁵ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.



3. PRESIDÊNCIA ALEMÃ DO CONSELHO DA UE

A Presidência alemã do Conselho da União Europeia, que se inicia a 1 de julho e cujo trio de Presidências Portugal integrará (com a Eslovénia), teve esta semana as primeiras iniciativas a nível político, nomeadamente com um conjunto de encontros bilaterais com o Parlamento Europeu (Presidente e Conferência de Presidentes dos Grupos Políticos), por videoconferência. O registo destes encontros, que envolveram o Governo e o Presidente do Parlamento alemão, está disponível aqui.

Esta semana, o Politico divulgou um <u>documento que corresponde a um projeto de programa de prioridades desta trio de Presidências</u> (Alemanha, Portugal, Eslovénia) que, apesar de <u>ainda não ser a versão final</u> que será endossada no dia 16 de junho no Conselho de Assuntos Gerais, permite já ter uma ideia dos principais temas: COVID-19 e recuperação económica, clima, comércio, Brexit, estado de direito, política externa e de defesa.

Num debate esta semana, a Chanceler alemã referiu que as **relações com a China** serão uma prioridade na política externa, pois a UE "deve estar consciente do papel de liderança que a China reclama atualmente na arquitectura internacional", manifestando intenção de alcançar um acordo de investimento com Pequim, progredir na proteção climática e chegar a acordo sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável com África. No planeamento dos próximos meses, consta a possibilidade de uma reunião por videoconferência entre a Presidente da Comissão, o Presidente do Conselho Europeu e o 1.º Ministro chinês, Li Keqiang, no dia 22 de junho, e uma **Cimeira UE-China, em Leipzig, no dia 14 de setembro.**

4. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Após a <u>iniciativa franco-alemã</u> sobre a recuperação da UE e de declarações da Chanceler alemã assinalando que as reformas futuras podem também "envolver alterações aos Tratados", o tema da realização desta Conferência, cujo arranque chegou a estar previsto para 9 de maio, ressurgiu. No <u>Conselho de Ministros dos Assuntos Europeus</u> desta semana, alguns Estados-Membros (Áustria, Irlanda, Grécia, Bulgária e Bélgica, a que se juntaram Alemanha e França) salientaram que a Conferência sobre o Futuro da Europa seria uma ocasião ideal para debater com os cidadãos da UE e outras partes interessadas os desafios com que a UE se verá confrontada a médio e a longo prazo, incluindo os ensinamentos retirados da crise da COVID-19. A Presidência frisou que o seu objetivo é chegar a acordo sobre a posição do Conselho acerca da conferência o mais rapidamente possível e, nessa base, trabalhar com a Comissão e o Parlamento Europeu.

Tanto quanto pudemos apurar, a intenção seria chegar a acordo sobre a posição negocial do Conselho nas próximas semanas, tendo em vista a aprovação de uma declaração entre as três instituições antes do final de julho e o lançamento da Conferência no final de setembro. Subsistem, porém, divergências de fundo no Conselho sobre a pertinência de lançar esta Conferência no contexto atual, bem como sobre os objetivos da Conferência, com alguns Estados-Membros abertos à possibilidade de incluir a revisão de Tratados como uma possibilidade e outros (e.g. Dinamarca) que a rejeitam liminarmente.



A Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do PE debateu esta questão na presente semana, recordando a <u>posição do PE sobre a Conferência</u> e o contributo <u>da Comissão Europeia para o seu formato</u>. A maioria dos intervenientes destacou a renovada urgência de iniciar os trabalhos desta Conferência sobre Presidência alemã. Note-se que, nesta reunião, o Deputado português Paulo Rangel (PPE) foi designado relator para uma das questões mais importante para o PE, que é o do seu <u>direito de iniciativa legislativa</u>.

A sessão plenária do PE de 17 de junho debaterá esta matéria, tendo sido suscitada a possibilidade de ser apresentada uma nova resolução sobre a matéria. Este tema é particularmente importante para a AR, na medida em que a **probabilidade de os trabalhos desta Conferência se intensificarem durante a Presidência portuguesa** da UE é elevada.

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Assuntos Europeus

Realizada a <u>26 de maio</u>, tendo debatido o levantamento gradual das medidas de confinamento e a recuperação económica. Além disso, foi discutido o QFP e o fundo de recuperação. Finalmente, (cfr. ponto 4), foi debatida a Conferência sobre o Futuro da Europa e o mandato do Conselho. No final da reunião, a Presidência croata publicou uma síntese com os <u>resultados da reunião</u>.

Reunião por videoconferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros

Teve lugar a <u>29 de maio</u>, centrado nas discussões sobre a <u>relação UE-China</u>, bem como o impacto da COVID-19 na área da Ásia-Pacífico.

Reunião por videoconferência dos Ministros da Investigação

Os Ministros reuniram-se a 29 de maio, tendo trocado impressões sobre o papel que a investigação e a inovação (I&I) podem desempenhar na recuperação da UE após a pandemia de COVID-19, bem como sobre a forma como os investimentos em I&I podem reforçar o desenvolvimento dos empregos do futuro. No âmbito do Espaço Europeu da Investigação foi elaborado em abril o plano de ação EEIvsCoronavírus, que abrange a coordenação, a cooperação, a partilha de dados e os esforços de financiamento conjuntos.

Reunião por videoconferência dos Ministros responsáveis pelo Espaço

Reunidos a <u>29 de maio</u>, debateram o papel dos dados obtidos por satélite e dos serviços e tecnologias espaciais na promoção de uma recuperação económica ecológica e sustentável. As tecnologias espaciais são fundamentais para enfrentar estes desafios e o <u>setor espacial</u> oferece oportunidades de crescimento económico e apoia a competitividade e a resiliência da UE. O debate centrou-se na utilização dos dados e serviços espaciais da UE e o o papel da tecnologia e das infraestruturas espaciais em termos de desenvolvimento sustentável.



6. OUTROS ASSUNTOS

Direito de Inquérito do Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu tem procurado, nos últimos anos, dotar-se de poderes de inquérito similares aqueles de que dispõem os Parlamentos nacionais, num <u>processo negocial complexo</u> com o Conselho e com a Comissão. Esta semana, foi publicado um <u>estudo sobre as práticas e o enquadramentos legais comparados entre as várias jurisdições nacionais e o plano europeu.</u>

Brexit e media

Foi publicada esta semana uma análise que conclui que, apesar do Brexit, o Reino Unido continua a ser o Estado com maior número de jornalistas acreditados em Bruxelas (135), muito mais que os alemães (86) ou franceses (93).

Aplicações de rastreamento COVID-19

Os responsáveis governamentais pelo setor digital da Alemanha, França, Itália, Espanha e **Portugal** <u>publicaram uma carta aberta</u> sobre as aplicações de rastreamento de contágio de COVID-19, em que <u>apelam a uma maior independência da UE relativamente às principais plataformas digitais</u>.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A <u>próxima semana será dedicada aos trabalhos</u> das Comissões e dos Grupos políticos.

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio está <u>agendada para 3 de junho</u>.

Conselho da União Europeia

- 2 de junho: Videoconferência dos ministros do Desporto
- 4 de junho: Videoconferência dos ministros da Justiça
- 4 de junho: <u>Videoconferência dos Ministros dos Transportes</u>
- 5 de junho: Videoconferência dos Ministros dos Assuntos Internos
- 5 de junho: <u>Videoconferência dos Ministros das Telecomunicações</u>

Bruxelas | 29 de maio de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.